

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

DUARTE, Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro .
Paulo Duarte III (depoimento, 1978). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h
0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI) e CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Paulo Duarte III
(depoimento, 1978)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Não há informação;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Data: 16/12/1978 a 16/12/1978

Duração: 1h 0min

Arquivo digital - áudio: 2; Fita cassete: 1; Fita rolo: 1;

Esta entrevista é parte integrante de uma série de entrevistas do acervo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realizadas entre 1977 e 1979. Doadas ao CPDOC em 15/08/1996. O entrevistado participou da Revolução de 1930 e integrou o Estado-Maior da Revolução Constitucionalista de 1932. Membro da comissão organizadora da USP e fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Colaborou com Paul Rivet na organização e implantação do Museu do Homem, em Paris. Fundou e dirigiu o Instituto de Pré-História da USP (1961-1969).

Temas: Adolf Hitler; Aliança Liberal (1929); Censura; Estado Novo (1937-1945); Exílio; História da imprensa; Imprensa; Integralismo; Jornal do Comércio; Jornal O Estado de São Paulo; Jornalismo; Liberdade de imprensa; Plínio Salgado; Revolução Constitucionalista (1932); Revolução de 1930; Socialismo;

Sumário

Entrevista: 16/12/1978

Fita 1-A: lembranças do início de sua carreira jornalística no Jornal do Comércio (1918); relato de sua saída do Jornal do Comércio e sua ida para O Estado de São Paulo (1918); comentários acerca de sua passagem da revisão do jornal O Estado de São Paulo para a redação, em substituição ao redator Otávio de Lima e Castro; considerações sobre seu cargo de secretário de Júlio Mesquita; comentários a respeito de sua posição e do Estado de São Paulo em favor da Revolução de 1930; lembranças de sua participação na fundação do jornal do Partido Democrático (PD) Diário Nacional e da censura sofrida pelo mesmo; relatos do período em que esteve preso sob a acusação de conspiração (1930) e de sua soltura logo após a queda do presidente Washington Luís Pereira de Sousa (1926-1930); observações acerca de sua participação na Aliança Liberal (AL) e na Revolução Constitucionalista de 1932.

Fita 1-B: lembranças de sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932 e seu exílio na Europa; comentários acerca da oposição do jornal O Estado de São Paulo ao integralismo; considerações a respeito da censura do estado Novo (1937-1945); relato de sua amizade com Plínio Salgado e sua responsabilidade no exílio do mesmo; considerações a respeito dos planos de Adolf Hitler para o Brasil e a Argentina; observações sobre seu segundo exílio, durante o qual passou por diversos lugares: Europa, Argentina e Estados Unidos; lembranças de sua volta ao Brasil, após o exílio, e retomada de seu trabalho no jornal O Estado de São Paulo; observações a respeito da convivência entre suas idéias socialistas com as idéias liberais de O Estado de São Paulo; comentários sobre o ataque terrorista sofrido pelo O Estado de São Paulo; considerações acerca de Carlos Frederico Werneck de Lacerda; observações sobre a cassação de seu cargo de professor universitário e denúncia da destruição da universidade.

Entrevista: 16 de dezembro de 1978

N.G. – Então, vamos começar. Dr. Paulo Duarte, como é que o senhor começou no jornalismo?

P.D. – No jornalismo?

N.G. – Sim.

P.D. – Eu comecei na revisão do *Jornal do Commercio*.

N.G. – O *Jornal do Commercio* era...

P.D. – Era na rua Direita.

N.G. – Que tendência tinha o jornal?

P.D. – Ah, não tinha tendência nenhuma, como quase todos eles.

N.G. – Em que ano foi?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – Em que ano foi a sua entrada no *Jornal do Commercio*?

P.D. – Foi no princípio de 1918.

N.G. – O senhor tinha que idade?

P.D. – Dezesete anos.

N.G. – Dezesete anos. E da revisão...

P.D. – Aí eu fui posto para fora, fui demitido, porque fiz lá uma indisciplina. Isso é até a razão dessa coisa. Porque eu comecei a ser perseguido por um idiota que é idiota até hoje – é tão idiota que está na Academia Paulista de Letras...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

P.D. – ...que é o Pedro Ferraz do Amaral, o Pedrinho.

N.G. – O senhor teve um atrito com ele?

P.D. – Eu não tive atrito propriamente. Ele começou... Ele era muito esquisito, como é até hoje, e muito mandão e gostava de dar ordens. Eu nunca dei confiança a ele, e ele tomou de antipatia por mim. E um dia, uma minha prima fez anos e o pai me telefonou pedindo uma notícia. E ele fazia exatamente o registro que era... as notícias sociais. Eu então fiz a nota, entreguei ao redator-chefe, que era um sujeito muito bom até, e ele entregou ao Pedrinho. E o Pedrinho então, de uma nota que daria uma... uma notinha desse tamanho, assim, ele fez três linhas: “Faz anos hoje a senhorita fulana de tal”. Quando eu recebi as provas na revisão, eu peguei e fiz o seguinte: mandei distribuir aquela coisa, sem dar satisfações – eu era revisor apenas –, eu mandei distribuir aquela. Substituí pela minha que eu tinha feito e saiu a minha no dia seguinte. Então ele foi, evidentemente, ao Guastini e o Guastini escreveu uma carta ao chefe da revisão, que era o Mário Reis, dizendo que me despachasse porque eu cometi uma...

N.G. – Uma indisciplina.

P.D. – ...uma indisciplina grave. E, de fato, era uma indisciplina grave.

N.G. – De fato, era muito grave, não é?

P.D. – Pois é. Aí o Mário Reis, que era um sujeito muito bom, me deu uma carta para o Antônio Figueiredo, que era da redação d’*O Estado de S. Paulo*, irmão do gerente d’*O*

Estado, que era o Ricardo Figueiredo, e o Antoninho me arranhou um lugar na revisão d'*O Estado*.

N.G. – Isso já dez anos depois de 1920, mais ou menos?

P.D. – Não, não. Isso foi em 1918.

N.G. – Mil novecentos e dezoito. Ainda em 1918.

P.D. – Em 1918, quando terminou a gripe¹. Porque a gripe foi em 1918, não é? Bom, mas lá eu fui encontrar o Amadeu Amaral, que era amigo íntimo do meu pai. Então, me apresentei ao Amadeu Amaral. E daí a dias, eu fui chamado na redação pelo Júlio Mesquita velho, que me deu a incumbência de fazer... de cobrir a reportagem do lançamento da primeira pedra da Faculdade de Medicina, aqui em frente ao cemitério do Araçá.

Bom, aconteceu que o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, que era diretor da Faculdade de Medicina desde o começo da faculdade, quer dizer, desde 1912, o dr. Arnaldo fez um discurso muito bonito, porque ele tinha perdido um filho 15 dias antes em um desastre, um afogamento, e ele não trouxe o discurso escrito. E ele então começou a...

N.G. – A improvisar?

P.D. – Ele dizia o seguinte: “Eu, que há poucas semanas perdi... enterrei um dos meus mais lindos sonhos,” que era o filho, “agora eu venho exatamente fazer brotar da terra um outro grande sonho que sempre sustentei, que é a Faculdade de Medicina”. E eu sabia taquigrafar e eu taquigrafei mais ou menos. Então, eu tomei umas notas que me permitiram reconstituir o discurso. E estavam lá presentes o diretor da Agência Americana, o **Cristiano** Fonseca, e um repórter do *Correio Paulistano*, que era o Monteiro Brizola. Saímos juntos e fomos até a Agência Americana tomar café e o **Cristiano** disse: “Você não quer refazer o discurso do dr. Arnaldo aqui para nós?”. Eu falei: “Pois não”. Não tenho nenhum espírito de exclusividade. E fiz para eles. De modo que foi muito apreciado aquela coisa, não é? Voltei de tarde para *O*

¹ Refere-se a Gripe Espanhola.

Estado e entreguei ao Amadeu aquilo. Daí a três dias, eu fui chamado lá na revisão – a revisão era na rua... Naquela rua lá da Várzea, a rua... Como é que chama aquela rua? É aquela rua que tem lá...

N.G. – **Cargo?**

P.D. – Não. É na Várzea, descendo a ladeira Porto Geral... Rua 25 de março. Na rua 25 de março. Eu fui e o dr. Júlio mesmo me disse: “Vai sair aqui o redator oficial do jornal e, em face daquela reportagem que você fez, que foi uma coisa única, por assim dizer...”. Porque depois eu acrescentei outras coisas que eu não tinha dado ao **Cristiano** porque eles tinham. Eles nem aproveitaram direito. Eles deram uma noticinha. “De modo que você vai substituir o Otávio Lima e Castro, vai ser repórter oficial d’*O Estado*.” Bom, eu quase pulei.

N.G. – Era um bom aumento, é?

P.D. – Aí já deram...

N.G. – Era um bom aumento de salário também?

P.D. – Eu ganhava 150 mil réis e fui ganhar 280 mil réis, de modo que o aumento foi enorme. Bom, e eu comecei a trabalhar. E um dia, o velho Júlio Mesquita me mandou chamar embaixo... em cima. [corrigindo-se] Ele trabalhava embaixo, quando ele vinha à redação. *O Estado* era na praça Antônio Prado. Mandou me chamar. “Você quer responder essa carta para mim?” Aí eu peguei a carta, li... E ele disse: “Você diga isso, assim e assim”. Era uma carta banal. Eu digo: “Pois não”. Então, peguei a carta e fiz ali, à máquina, e fiz rapidamente porque eu escrevia muito bem à máquina. Ele leu então a minha resposta e disse: “Onde é que você aprendeu português?”. Eu disse: “Eu aprendi com o professor Acácio, no curso dele”. Porque eu ia fazer os meus preparatórios. Aí ele disse: “Então você vai fazer uma outra carta. Eu vou ditar”. E ditou uma carta. E nessa carta, ele disse uma palavra qualquer, da qual eu não me lembro, e eu fiz [a carta] e depois: “Dr. Júlio, o senhor não acha melhor, em vez de empregar esta palavra, empregar esta outra palavra?”. Aí é que ele perguntou onde é que eu tinha aprendido português. Ele aceitou. Ele era um sujeito muito humilde, o velho Júlio

Mesquita. É completamente diferente da fama que a família tem de “família carretel”. Aí ele aceitou aquilo. Isso permitiu que ele me chamasse várias vezes – cada semana, duas ou três vezes –, para fazer uma carta, para fazer uma notícia e coisa e tal, e ficou meu amigo íntimo, e eu fiquei secretário dele. Ora, o secretário, quando se dá bem com o patrão, ele fica amigo.

N.G. – Claro.

P.D. – De modo que eu comecei a conhecer todos os segredos da casa do Júlio Mesquita. Evidentemente, eu não revelava as coisas que ele me havia revelado. E fui fazendo a minha carreira n’*O Estado de S. Paulo* e fiz reportagens que foram muito apreciadas, principalmente no governo Washington Luís.

Antes do governo Washington Luís, eu dei uma de moleque. O Altino Arantes, que era o presidente do estado [de São Paulo], o Altino Arantes trouxe a mensagem, a última mensagem que ele ia ler no Congresso – o Congresso tinha Câmara dos Deputados e Senado, também. E ele então trouxe aquilo para os repórteres que estavam ali, chamados para receber, para publicar a pagamento. E ele então me deu uma também. Agora, o Altino era casado com uma parente minha, a Maria Teodoro Junqueira – porque eu sou da família Junqueira, não é? Então, o Altino me chamou de lado e disse: “Olha aqui, eu vou te entregar isso... *O Estado de São Paulo* não gosta de mim, como você sabe, mas eu vou entregar isso em confiança. Você não publica antes da sessão da Câmara. Só depois da sessão é que você pode publicar.” Eu disse: “Não tem dúvida nenhuma”. “Escuta, mas isso não vai falhar, não? Os seus chefes lá não vão fazer nenhuma molecada comigo?” “Não, fique sossegado, dr. Altino, porque aqui no palácio, *l’État c’est moi*”. Ele achou graça. Molecada de 17 anos. E me entregou a coisa, não é? Aí eu fiquei completamente familiarizado dentro d’*O Estado* e vivi lá a minha vida inteirinha, porque eu ainda pertencço ao [jornal] *O Estado de S. Paulo*. Ainda sou funcionário.

N.G. – Eu sei.

P.D. – E sou o jornalista mais velho do Brasil que até hoje não se aposentou. Eu estou lá há 57 anos. Até hoje eu não me aposentei. É verdade que hoje em dia a minha vida é muito fácil lá, pelo seguinte, porque quando rebentou essa coisa aí, o Julinho, conversando comigo, ele

falou: “Você vai ficar muito embrulhado nisso e nós também, de modo que nós vamos caminhar, por assim, dizer, juntos para a guilhotina”. Eu falei: “Olha aqui, Julinho, eu não quero servir de troço aqui n’*O Estado*. Você faça o seguinte, se você quiser, eu peço uma licença até terminar essa coisa” – isso faz 14 anos, não é? – “e quando terminar essa coisa, então eu volto para cá”. Ele disse: “Está aí uma boa ideia porque assim nós podemos defender você mais claramente e você continua trabalhando n’*O Estado*, e voltará na ocasião”. Bom, eu comecei então... Eu me afastei, mas o Julinho me telefonava, pedindo coisas, e eu fazia para ele imediatamente.

N.G. – Agora, voltando, dr. Paulo Duarte, como foi a sua participação, como jornalista, na Revolução de 1930?

P.D. – Na Revolução de 1930? Eu fui a favor da Revolução de 1930.

N.G. – O senhor era do Partido Democrático?

P.D. – Eu era do Partido Democrático.

N.G. – No jornal, politicamente, como é que o senhor atuava? E o jornal também.

P.D. – O jornal era favorável à Revolução de 1930. Só que era muito discreto, evidentemente. E aconteceu, na revolução... Depois da revolução...

N.G. – O senhor conspirou também?

P.D. – Ah, eu conspirei também. Eu comecei a conspirar aí, pela Revolução de 1930. E aconteceu o seguinte, o Partido Democrático resolveu fazer um jornal oficial, e um dia foram a *O Estado* o Joaquim Sampaio Vidal, o Prudente de Moraes Neto, o Waldemar Ferreira... e tinha mais um. [Foram] pedir-me a *O Estado* emprestado, se podiam emprestar para lançar o jornal, porque eu era conhecido já como jornalista, e que depois eles me devolveriam. E o Júlio Mesquita imediatamente deu. Porque o Júlio Mesquita era favorável ao Partido Democrático, também.

N.G. – Aí o senhor fundou um novo jornal?

P.D. – Aí eu fui para o novo jornal, mas sem sair d’*O Estado*.

N.G. – O jornal era o...

P.D. – Era o *Diário Nacional*. E lá fiquei durante algum tempo, até 1929.

N.G. – Era órgão do Partido Democrático?

P.D. – Era órgão do Partido Democrático. Em 1929, eu me retirei e voltei para o meu lugar n’*O Estado de S. Paulo* e continuei a minha vida. E aconteceu o seguinte, o Amadeu, que tinha saído d’*O Estado* para ir para o Rio de Janeiro, ele voltou do Rio de Janeiro para se empregar n’*O Estado* novamente. Então, eu arranjei o lugar de redator-chefe para o Amadeu Amaral, que deu um grande descortino ao *Diário Nacional*. Ele trabalhou lá durante muito tempo, até o momento em que ele também se demitiu. Depois a coisa ficou por isso mesmo e eu continuei dentro d’*O Estado*.

N.G. – Durante esse tempo, o *Diário Nacional* sofria censura?

P.D. – Ah! Sim.

N.G. – Como era a censura?

P.D. – Era tremenda.

N.G. – Como era? Era censor dentro da redação?

P.D. – Não, não tinha censor na redação. Tinha o seguinte: mandava-se ao censor a matéria e o censor devolvia, daí a duas horas mais ou menos, a matéria. Agora, quando era censurado, o jornal publicava o espaço da matéria censurada em branco.

N.G. – O censurado em branco.

P.D. – Depois eles proibiram isso, mas naquele tempo não era proibido.

N.G. – E como foi a sua atuação de 1930 a 1932?

P.D. – Bom, quando rebentou a revolução de 1930, eu estava preso na Cadeia Pública, por causa de...

N.G. – De conspiração.

P.D. – ...de conspiração. E eu me comunicava com o Julinho todos os dias, através do Mário de Andrade. O Mário de Andrade estava com um irmão preso, que era o Carlos de Moraes Andrade, e o Mário de Andrade ia lá, a pretexto de visitar o irmão, e levava notícia e pegava notícia e levava para o Julinho. Quando o Washington caiu, eu estava preso.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – O senhor saiu da prisão depois da Revolução de 1930? Depois de 24 de outubro?

P.D. – [Sai] no dia da queda do Washington. Eu estava preso e... Até o comandante da Força Pública, [que era] em frente, porque a cadeia era ali na avenida Tiradentes, ele se dava comigo. Era o Joviniano Brandão. Então, ele foi se orientar comigo, que estava preso, porque ele se dava muito comigo. E eu então sugeri a ele: “A primeira coisa que o senhor deve fazer é soltar toda a gente daqui”. Ele disse: “É uma boa ideia”, e soltou... [risos]

N.G. – Anistia.

P.D. – É. E eu fui então para *O Estado*.

N.G. – Quem eram os seus companheiros de prisão na época?

P.D. – Era o Carlos de Moraes Andrade, era o Aureliano Leite... Nós éramos uns oito, mais ou menos: o Aureliano Leite, o Carlos de Moraes Andrade, o diretor do Instituto do Café de Minas Gerais, cujo nome eu não me lembro... Éramos oito.

N.G. – Aí o senhor voltou para o jornal, para *O Estado*?

P.D. – Aí voltei na mesma hora. De lá, fui para *O Estado* e ainda ajudei a fazer o jornal do dia seguinte.

N.G. – Quando é que o senhor começou a conspirar, em 1932?

P.D. – Em 1932...

N.G. – *O Estado* era mais ou menos o núcleo da conspiração?

P.D. – Era. *O Estado* sempre foi muito ligado ao *Diário Nacional*. E até para *O Estado* era muito bom porque eu dava a *O Estado* as notícias boas que o *Diário Nacional* tinha, da conspiração.

N.G. – Aí, chegou a 1932...

P.D. – Chegou 1932... Antes de chegar a 1932, aconteceu o seguinte: eu fazia política no 10º Distrito, cuja sede era Ribeirão Preto, e eu estava, em Ribeirão Preto na companhia do Joaquim Sampaio Vidal, do Paulo Nogueira Filho e de mais um outro que eu não me lembro, quando se anunciou que tinha chegado, no hotel em que nós estávamos, o Antônio Carlos² [Antônio Carlos Ribeiro de Andrada], que veio de Minas, do Triângulo Mineiro, e para passar para São Paulo, aí tomou [**inaudível**]. Então, eles me disseram: “Você vai saudar o Antônio Carlos, porque nós precisamos aproveitar esse momento”. O Antônio Carlos tinha inaugurado o voto secreto em Minas Gerais. Então, eu me levantei e fiz um discurso sobre o

² O entrevistado refere-se a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi presidente do estado de Minas Gerais de 1926 a 1930.

voto secreto, saudando o Antônio Carlos. O Antônio Carlos gostou do discurso que eu fiz e foi publicado no *Diário Nacional* do dia seguinte e transcrito, em linhas, nos jornais mineiros. O Antônio Carlos era presidente da...

Aí, quando começou a conspiração com a Aliança Liberal, o Prudente de Moraes Neto foi a Belo Horizonte e o Antônio Carlos pediu a ele que nomeasse uma pessoa da confiança do Partido Democrático para representar o Partido Democrático junto ao governo de Minas Gerais, e eles indicaram o meu nome. Aí eu fui a Minas. E o Antônio Carlos me recebeu admiravelmente bem, e ainda fiz uma amizade muito grande com o filho dele, que morreu agora, que era procurador da Justiça... Como é que chama ele? Ele tinha um filho chamado Olinda e o outro é este, que morreu aqui como procurador da Justiça há pouco tempo, há poucos meses. E aí eu me uni muito ao Antônio Carlos.

Aí, inventaram as caravanas de propaganda e eu fui indicado pelo partido para representar o partido nas caravanas, e me indicaram à caravana chefiada pelo Luzardo.³ Aí o Luzardo ficou meu amigo. Eu conheci o Luzardo e ele ficou meu amigo pelo resto da vida. Até hoje ele é muito meu amigo. Quando eu vou ao Rio Grande, eu vou visitá-lo lá em Uruguaiana.

N.G. – Era o tribuno da Aliança Liberal, não é?

P.D. – Era um grande tribuno. O tribuno verdadeiro, o tribuno oficial da Aliança Liberal era...

N.G. – Era o Oswaldo Aranha?

P.D. – ...era o João Neves. Mas o Luzardo era um sujeito extraordinário. Como orador, era formidável. Eu vou contar para você até um dado. Quando nós chegamos a Teresina... A Aliança já tinha sofrido uma porção de ataques, inclusive o ataque no Rio Grande do Norte, onde morreram três pessoas, no comício. E naquele momento, eu já havia me salientado no grupo do Luzardo e fiquei amigo íntimo do Luzardo. Então, nós íamos para Teresina, e o governo mandou suspender o trem que ia até Caxias, que nos deixava em frente a Teresina, separado apenas pelo rio Parnaíba, e mandou suspender também qualquer ligação com

³ O entrevistado refere-se a João Batista Luzardo.

Teresina. Mas aconteceu o seguinte: quando nós partimos, atrasados, soubemos da chegada de um avião da Nirba. A Nirba estava inaugurando a sua primeira linha, que vinha desde Tutóia até Teresina. E nós tomamos o avião. E quando chegamos... Veja como o acaso nos ajuda. Quando chegamos em Teresina, o Luzardo disse: “Você vai abrir o comício”. E eu: “Pois não”. Então, eu disse que perseguiram a Aliança Liberal de todas as maneiras: primeiro, eles não nos deram automóveis para ir até Teresina e, em segundo lugar, eles suspenderam a estrada de ferro, para que não chegássemos a Teresina, mas a Aliança Liberal tinha asas. [risos] Eu aproveitei...

N.G. – De grande efeito, não é?

P.D. – E o Luzardo, que falou depois, o Luzardo levantou-se – ele tem um vozeirão, não é? –, levantou-se do automóvel e começou o discurso assim: “Thálassa! Thálassa! Thálassa! Foi com essas palavras que os homens de Xenofonte saudaram a vista do mar que eles procuravam. Teresina! Teresina! Teresina! É com essas palavras que a Aliança Liberal saúda a capital do Piauí”. [risos] Foi uma coisa [**inaudível**]. É formidável!

Bom, daí a três dias, em Teresina, apareceram os chefes da Aliança Liberal de Flores, que era no Maranhão, e foram pedir que fosse um membro, pelo menos, da Caravana Liberal até Teresina fazer um comício. E eu fui designado pelo Luzardo. De modo que eu cheguei em Teresina... Era só atravessar o rio Parnaíba, não é? Era em frente. Porque ali terminava a estrada de ferro que vinha de São Luís do Maranhão. Então, atravessei [o rio]. E vinha, chefiando esse grupinho – eram três sujeitos –, um preto muito distinto, muito bem vestido, com uma sobrecasaca do Império, veja você! Então, atravessei, e esse preto foi junto conosco. E chegamos lá e fomos à praça. E na praça tinha uma barricada, uma pipa enorme, grande, com um papel verde e amarelo pregado na pipa, que era a tribuna em que eu tinha que falar. Então, fiz um... Mas gente de povo, apenas, e eu então fiz um discursinho acessível àquela gente. Então, comecei contando uma anedota: “O elefante ia correndo pelo deserto, levantando aquela poeira toda, e atrás do elefante tinha uma pulga, e a pulga então, vira-se para o elefante, ‘está vendo, elefante, o poeirão que nós estamos levantando?’”. Aí eu apliquei aquilo à Aliança Liberal.

N.G. – Agora, enquanto o senhor fazia toda essa campanha, continuava colaborando n’*O Estado*?

P.D. – Sempre. Eu representava *O Estado*, também.

N.G. – Mandava toda a correspondência.

P.D. – Tanto que *O Estado* me abriu o telégrafo para mandar as notícias. E *O Estado* mandava a cópia das minhas notícias para o *Diário Nacional*.

N.G. – Depois, fecharam o *Diário Nacional*...

P.D. – Ah, isso foi muito mais tarde. Já foi depois da revolução.

N.G. – Depois da revolução. Como foi o processo jornalístico da sua passagem para a Revolução de 1932?

P.D. – O processo foi o seguinte: eu era amigo íntimo do Bergamini e foi o Bergamini que me indicou ao Luzardo. Assim que eu entrei dentro da conspiração, lá no Rio de Janeiro. Os principais eram: o Bergamini, o Maurício Lacerda...

N.G. – Não, eu digo em 1932.

P.D. – Ah, em 1932? Bom, em 1932 é diferente. Em 1932, eu já estava conspirando, quando rebentou a revolução.

N.G. – Por que o senhor estava conspirando?

P.D. – Eu estava conspirando porque era conspirador. [riso]

N.G. – O senhor tinha uma visão política do problema?

P.D. – Ah, tinha, completa. Agora, eu não acompanhava os meus companheiros, porque eu já tinha me transformado em socialista. E com o tempo, estudando o assunto, eu cheguei à conclusão de que o socialismo é absolutamente incompatível com a ditadura. De modo que eu sempre fui contra a ditadura, por causa disso.

N.G. – Mas o senhor não via, na Revolução de 1932, um movimento da oligarquia paulista?

P.D. – Não, tinha sim, mas não era só isso.

N.G. – O senhor não via assim?

P.D. – Via. Mas é que o movimento era generalizado. Não era só a oligarquia paulista que estava... Tinha um batalhão de negros na revolução, não é?

N.G. – Então, era popular?

P.D. – Popularíssima. Dentro de São Paulo, popularíssima. E sofríamos uma campanha tremenda com o Getúlio, que dizia que não era...

N.G. – Mas, mesmo no meio operário, era popular?

P.D. – Não. Nós só não tivemos o apoio operário. O apoio operário estava muito adiantado, por causa do Edgard Leuenroth. Não sei se você conhece o Edgard.

N.G. – Sim, conheci.

P.D. – Ele foi muito meu amigo, o Edgard. Eu era repórter, de modo que eu era muito amigo dele, também. De modo que o operariado colaborou, mas colaborou profissionalmente, e foi até muito leal conosco ao votar.

N.G. – Mas as cadeias estavam cheias.

P.D. – As cadeias estavam cheias. Não, não estavam cheias, não. Estava o grupo do Miguel Costa preso. Era o Miguel Costa, era o Maurício Goulart, amigo de família, o pai dele... O Maurício Goulart, o Miguel Costa e mais um grupo pequeno do Miguel Costa.

N.G. – O Fernando Lacerda estava preso?

P.D. – Não estava aqui.

N.G. – Havia um presídio de imigrantes ou alguma coisa assim, não é?

P.D. – Havia uma prisão muito engraçada. Chamava-se Presídio do Paraíso.

N.G. – Presídio do Paraíso.

P.D. – Pois é. Eu estive preso lá depois.

N.G. – Depois de 1932?

P.D. – Ah, depois. Depois nós fomos para a cadeia.

N.G. – Eu sei. No jornal, durante 1932, o que o senhor fazia?

P.D. – No jornal, eu não fiz nada, porque eu estava na frente.

N.G. – Na frente, não é?

P.D. – Quando terminou a revolução, eu fui preso. Fui preso até... Eu saí, com um grupo grande, com o Euclides Figueiredo. Eu comandava o trem blindado e o Euclides me convidou para ir para o Rio Grande porque estavam combatendo por lá. Aí eu fui com o Euclides. Mas nós fomos presos...

[INTERRUPÇÃO DA ENTREVISTA]

Nesse tempo havia, no litoral do Brasil, parece que cinco fortes. E nós já estávamos ficando sem gasolina, então, resolvemos parar depois de Florianópolis. E paramos, e enquanto o dono da lancha, que era um filho do Vicente de Carvalho, foi buscar a gasolina que ele precisava, nós ficamos passeando na praia, uma praia deserta completamente. E esse dono da lancha, que era filho do Vicente de Carvalho e que não tinha nada com a revolução...

[FINAL DO ARQUIVO 1010_PAULO_DUARTE_III_16.12.1978]

P.D. – E esse dono da lancha, que era filho do Vicente de Carvalho e que não tinha nada com a revolução, ele tinha o apelido de Major, de modo que nós chamávamos... “Major...”. E um caboclo viu aquilo, foi no forte e contou a história. E o pessoal do forte, naturalmente, nos espionou durante o dia. De tarde, nós partimos e, de madrugada, nós fomos presos por uma lancha do Exército. Aí fomos recolhidos, em Florianópolis, na Força Pública e lá ficamos uns 15 dias, mais ou menos, quando um vapor da Marinha nos pegou e nos levou para a Casa de Correção...

N.G. – Do Rio?

P.D. – Do Rio de Janeiro. Aí, da Casa de Correção, nós fomos expulsos do Brasil.

N.G. – Sim, o senhor foi exilado.

P.D. – Pois é, fomos exilados. Eu fiquei um ano e tanto exilado, nessa ocasião. Agora, aconteceu isso, nós fomos denunciados por um forte, debaixo do qual nós paramos, e por causa do finado Major.

N.G. – O Major que não era major.

Participante – Ele conta no livro dele que o comandante do forte era um major e se apresentou ao Euclides Figueiredo e disse: “Coronel, eu fui seu aluno na Escola Militar”.

P.D. – É, tinha sido aluno. Eles entraram, o Euclides estava fantasiado de caboclo e todos nós estávamos sujos de... Então, ele foi falar com o Euclides e disse: “Bom dia, coronel Euclides”. Era aluno dele. [riso].

N.G. – Era aluno.

P.D. – Pois é. Ficamos lá presos durante uns 15 dias, até que o vapor foi nos buscar.

N.G. – O senhor voltou depois de 1933, não é?

P.D. – Em 1933.

N.G. – Aí, reassumi o seu cargo n’*O Estado*?

P.D. – Ah, reassumi sempre n’*O Estado*.

N.G. – Bom, estamos já em 1933, trabalhando n’*O Estado* sempre...

P.D. – Sempre. Às vezes, emprestado. Na Revolução de 1924, por exemplo, o José Carlos de Macedo Soares me pediu emprestado n’*O Estado* porque ele queria um secretário e eu fui secretário do Macedo Soares. Ele até diz isso no livro dele. Eu fui secretário do Macedo Soares e depois voltei para *O Estado* novamente.

N.G. – Agora, de 1933... O seu cargo n’*O Estado*, em 1933, mais ou menos qual era? Era redator, sempre?

P.D. – Era redator. Aí eu já tinha uma categoria grande, não é?

N.G. – Como é que *O Estado* encarava o integralismo?

P.D. – O integralismo? Contra, sempre. *O Estado* sempre acertou nas suas posições políticas, tendo em vista a sua orientação conservadora. Ele sempre acertou e tem estado do lado bom sempre.

N.G. – Nessa época, o senhor era companheiro de quem n' *O Estado*?

P.D. – N' *O Estado*, eu era companheiro do **Orniz** da Silva, não sei se você já ouviu falar nele...

N.G. – Sim, ouvi falar.

P.D. – ...eu era companheiro do Faísca, que era um sujeito admirável...

N.G. – Em 1933 e 1934?

P.D. – Companheiros d' *O Estado*. Porque eu fiquei n' *O Estado* durante esse ano todo...

N.G. – Sim, mas o senhor falando em 1933 e 1934, não é?

P.D. – Em 1933 e 1934. O secretário d' *O Estado* era o Luís... Bom, em todo caso, era ele; era o Léo Vaz; era o Caetano Miele, não sei se conheceu...

N.G. – Sim, conheci.

P.D. – ...era o Amadeu Amaral...

N.G. – O Afonso Schmidt.

P.D. – O Afonso Schmidt. Esse era um velho companheiro d' *O Estado*. Os dois Ancona, o velho Ancona e o Vicente Ancona, que está vivo ainda...

N.G. – Está.

P.D. – ...que foram dois jornalistas extraordinários. O Vicente era extraordinário. O Vicente era secretário d'*O Estado*, não é? Os dois Ancona; o Caetano Miele; o Caldas, que era irmão do dono do jornal lá do Rio Grande; o pintor Aldemar de Paula, que morreu, que era o melhor redator d'*O Estado*. Ele escrevia admiravelmente bem. O Julinho até dizia que ele era o [inaudível] da imprensa no Brasil. Ele morreu, depois, de tuberculose. Havia o Sud Menucci, que era redator d'*O Estado* também.

N.G. – Você chegou a ser secretário d'*O Estado*?

P.D. – Eu cheguei a ser redator-chefe.

N.G. – Em que período?

P.D. – Até 1950.

N.G. – Pegou o Estado Novo todo?

P.D. – Peguei uma grande parte.

N.G. – Como foi no Estado Novo?

P.D. – Foi muito mal, evidentemente.

N.G. – Censura...

P.D. – É, uma censura tremenda, não é?

N.G. – Os censores ficavam na redação?

P.D. – Não, não ficavam. Eles mandavam buscar a matéria, punham um visto, ou então cancelavam...

N.G. – Mas era muito rigorosa?

P.D. – Muito rigorosa. Para certas...

N.G. – Tão rigorosa como nesse período que estávamos...?

P.D. – Igualzinha.

N.G. – Igual.

P.D. – Igualzinha. A imprensa sempre sofreu essa praga.

N.G. – Claro. Mas esse tipo de censura era político, não é?

P.D. – Político.

N.G. – Era uma censura política.

P.D. – Só. Mais nada. E aí é que eles proibiram a publicação das notícias canceladas em branco.

N.G. – Mesmo naquela época?

P.D. – Aí é que proibiram. Aí eles já não admitiam mais isso.

N.G. – Dr. Paulo Duarte, já falamos aqui no integralismo. Como é que *O Estado* encarou o integralismo?

P.D. – Sempre contra.

N.G. – Sempre contra, não é?

P.D. – Sempre contra. Eu era muito amigo do Plínio Salgado, porque o Plínio Salgado era repórter do *Correio Paulistano* e eu era d’*O Estado* e nós nos encontrávamos muito em viagens e coisas. Sempre fui muito amigo dele, mesmo depois do exílio dele. Ele foi exilado por minha causa. Porque eu estive com o Dutra, conversei com o Dutra e contei a ele... Eu tinha uma documentação muito grande dos desejosos de fazer colônia no Brasil e na Argentina, que eram, principalmente, alemães. E o Eden⁴, que foi ministro do Exterior da Inglaterra, ele prometeu ao Hitler que ele não podia contar com a África para ter colônias, mas podia contar com as terras inóspitas da América do Sul – do Brasil e da Argentina. Então, eu tinha uma documentação muito grande. E eu fui preso, durante o ano de 1938, eu fui preso 25 vezes...

N.G. – É um recorde.

P.D. – ...e fiquei amigo, aqui, desse Esquadrão de Cavalaria – era Esquadrão de Cavalaria e hoje é Artilharia –, aqui na rua Nóbrega. E o capitão Ferraz, que era o comandante, ele ficou muito meu amigo. E um dia, conversando com ele – eu almoçava com eles no cassino –, eu contei desses documentos que eu tinha. Aí ele disse: “Mas por que você não entrega isso para o ministro da Guerra?”, que era o Dutra. Eu disse: “Eu não entrego porque eu não me dou com ele”. Daí a dias, eu recebi um chamado do capitão Ferraz, dizendo que eu me apresentasse no quartel-general porque tinha lá ordem de me mandar para o Rio de Janeiro para eu conversar com o Dutra. E eu fui e fiquei amigo do Dutra. Porque o Dutra era um sujeito muito bonachão. Era um camarada muito bom, não é? E fiquei amigo do Dutra.

Bom, o Adhemar⁵, que era o interventor aqui, foi para o Rio de Janeiro e fez uma intriga tremenda, com o Dutra e o Getúlio, de que o Dutra estava conspirando comigo. O Dutra não estava conspirando nada. Estávamos apenas conversando.

N.G. – O Dutra não conspirava, não é?

⁴ O entrevistado refere-se a Robert Anthony Éden.

⁵ Refere-se a Adhemar de Barros

P.D. – Pois é. Aí, eu fui chamado pelo Dutra, conversei com o Dutra e o Dutra me pediu para fazer um relatório. Eu falei: “Eu mando até o documento”. E vim para casa.

N.G. – Isso foi depois da tentativa de golpe deles?

P.D. – Já foi durante o Estado Novo.

N.G. – Mas eu digo depois do golpe integralista de 1937.

P.D. – Ah, já, é evidente. Isso foi em...

Participante – O golpe foi em maio de 1938.

N.G. – Em maio de 1938, exatamente.

P.D. – Foi em 1933.

N.G. – Não, em 1938, o golpe integralista.

P.D. – Foi em 1938, o golpe integralista? Então foi em 1939.

N.G. – O Dutra era ministro da Guerra.

P.D. – Aí o Dutra me pediu para fazer isso. Eu vim para casa e comecei a fazer isso, quando eu recebi aqui um delegado de polícia com a intimação de me mandar para... para eu sair para a Europa porque eu não podia mais ficar no Brasil.

N.G. – Novamente?

P.D. – Novamente. Aí eu me comuniquei imediatamente com o quartel-general, que tinha ordem de me atender. Então, contei o que tinha me acontecido e eles disseram: “Nós vamos transmitir isso para o ministro da Guerra”. E eu fui posto para fora. O ministro da Guerra

ficou queimadíssimo com a intriga feita pelo Adhemar e disse ao Getúlio: “Bem, agora eu quero uma reparação. Ele está exilado, muito bem. Eu quero uma reparação, que é exilar o Plínio Salgado”. Aí ele exilou o Plínio Salgado. Foi tudo movimentado, não é?

E dois anos depois, no exílio, eu estava na França e fiquei conhecendo o Rauschning⁶, aquele homem que escreveu... que era amigo íntimo do Hitler e depois se tornou gauleiter da Polônia, o Rauschning, e que depois brigou com o Hitler, o Hitler mandou matá-lo e ele fugiu. De modo que ele estava na França e escreveu o livro chamado *Hitler m'a dit* (*Hitler me falou*). Mas não estava publicado o livro. E eu soube disso pelo [inaudível] Grevers, que era um jornalista conhecido em Paris, e ele então me deu o capítulo em que ele tratava da questão da invasão da Argentina e do Brasil. Aí eu fui para os Estados Unidos com aquele capítulo, certo de conquistar o Roosevelt. Mas não conquistei. O Roosevelt não quis me receber.

N.G. – Mas o senhor publicou esse capítulo n’*O Estado*?

P.D. – Publiquei depois.

N.G. – Publicou?

P.D. – Publiquei depois. E de lá, então... Eu disse para o Armando: “Eu vou para o Rio de Janeiro clandestinamente e levo para o Dutra esses documentos todos”. Aí ele disse: “Mas que maluco! E o Filinto Muller?”. Ele vivia me caçando aqui. Eu disse: “Não, eu dou um jeito. Quem sabe. Vamos ver”. E tomei um vapor no sul dos Estados Unidos para o Brasil. Mas levei o meu passaporte para a companhia e lá estava Paulo Alfeu Monteiro Duarte, no meu passaporte, e entreguei a eles e eles me pediram para encher o...

N.G. – O formulário.

P.D. – O pedido de... Então, eu pus: P. Alfeu M. Duarte. Mas quando foram passar a limpo, o Monteiro saiu Montero, e eu deixei, evidentemente. E tomei o vapor e vim para o Rio de

⁶ O entrevistado refere-se a Hermann Rauschning.

Janeiro. No Rio de Janeiro, eu desci incógnito. Estavam me esperando duas pessoas – uma delas é o **Nilo Galo**, que está aí... E fui à casa do Dutra. Na casa do Dutra, ele não estava, eu esperei, ele chegou e, então, eu dei aquilo tudo a ele e jantei com ele, na casa dele. Quer dizer, ele foi corretíssimo comigo.

N.G. – Claro.

P.D. – Ele poderia me prender. Ele era o ministro da Guerra, não é? E depois eu disse ao Dutra: “Se o senhor quiser agir, aqui dentro do Brasil, contra os alemães, os amigos da Alemanha...”

N.G. – A quinta-coluna.

P.D. – “...a quinta-coluna, os principais são, exatamente, o Getúlio e o Filinto Müller. Se o senhor quiser agir, eu fico aqui na sua companhia”.

N.G. – E ele?

P.D. – Ele disse: “Não. Eu não tenho meios de evitar a sua prisão, de modo que você tome o seu vapor”, porque o vapor partia no dia seguinte. “Tome o seu vapor, mas não desça em Santos porque Santos está muito vigiado. Vá para Buenos Aires e, de Buenos Aires, você me manda um relatório sobre tudo que nós falamos e o seu endereço”. Aí eu fui, muito esperançado de ser chamado pelo Dutra. Mas não fui. Ele foi correto comigo, mas não fui.

N.G. – Como é que o senhor conciliava toda essa sua atividade com o emprego n’*O Estado*?

P.D. – O pessoal sabia. Eles sabiam.

N.G. – Mas a sua atividade n’*O Estado* era interrompida de vez em quando?

P.D. – No exílio, não. No exílio, eu era apenas colaborador. Tanto assim que a minha colaboração cessou porque eles descobriram que era eu quem assinava Gabica Diniz e então proibiram os meus artigos.

N.G. – Como era o nome?

P.D. – Gabica Diniz. Gabica Diniz era o nome do meu avô. Então, eles proibiram a minha colaboração.

N.G. – Depois, temos aí... O senhor reassumiu n’ *O Estado* quando voltou, depois do exílio?

P.D. – Não, aí eu fui para a Argentina.

N.G. – Foi para a Argentina.

P.D. – Mas quando eu passei em Santos, eu não saí da cabine, porque o Dutra tinha me recomendado, e eu estava na cabine, estava até de pijama, quando de repente o comandante do navio entrou e disse assim: “Mr. Monteiro, tem aqui uma visita para o senhor”. Eu fiquei admirado daquilo. Quando eu vi, eram dois secretas do Filinto Müller que vinham me prender. Eles descobriram pelo seguinte, porque na lista de passageiros havia só um brasileiro, então, Monteiro... Mas havia o número do passaporte e o número do passaporte...

N.G. – Coincidia.

P.D. – ...eles viram aqui e... “Esse é fulano de tal”.

N.G. – Certo.

P.D. – Aí me prenderam lá. Me prenderam e... O sujeito foi até muito delicado comigo. Eu disse: “Bem, eu vou me vestir então. O senhor me dá licença, eu vou me vestir”. Era uma cabinezinha com um óculo, por assim dizer, eu não podia fugir. E ele saiu. E nisso, um estivador chega: “Dr. Paulo, se o senhor quiser reagir, o senhor não sai de bordo, porque a

Polícia Marítima não tem ordem de lhe tirar de bordo”. “Ah, muito bem. Então eu vou resistir”, eu disse a ele. Eu já estava vestido, eu... “Acontece o seguinte, eu queria saber se você tem a ordem da Polícia Marítima para entrar a bordo?” “Não, não tenho, não. Eu tenho ordem da polícia no Rio de Janeiro.” “Ah, então eu não saio. Agora, eu não faço nenhuma... Não deixo você constrangido. Vá pedir à Polícia Marítima para me entregar e eu vou.” Ele saiu imediatamente e foi. Daí a dez minutos veio um sujeito da Polícia Marítima, para eu descer e ir até a Polícia Marítima. Eu fui. Aí, desci em terra. [Inaudível] de ser preso em terra, não é? Então, eu disse ao sujeito: “O que acontece é o seguinte, eu sou, realmente, um exilado do Brasil, mas eu não tenho os meus direitos cassados”. Foram cassados depois – porque eu tive os direitos cassados duas vezes. “Não tenho os meus direitos cassados e arranjei um emprego em Buenos Aires, onde eu posso trabalhar perfeitamente bem para me manter, porque eu sou pobre, não é?”.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

P.D. – ...*O Estado de S. Paulo*. “Então, eu vou pedir licença ao governo francês para o senhor ter...”

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

P.D. – Aí eu telegrafei para o Paul Rivet – eu tinha sido discípulo dele –, para Paris, contando a história, que eu estava esperando para me darem o visto. O Rivet foi imediatamente ao Ministério do Exterior e conseguiu o meu visto e, daí a três dias, eu recebi o visto. Aí eu embarquei em um vapor francês, que saiu de Buenos Aires levando apenas dois passageiros: eu e minha mulher, porque o vapor estava carregado de carne que eles foram buscar em... Aí, fomos viajar. Quando chegou em frente ao [golfo de] Biscaia, o vapor foi atacado por um submarino. Aí tivemos essa emoção de ver o submarino atacando o vapor. Mas o vapor estava acompanhado de um torpedeiro e o torpedeiro saiu aí feito... parecia um vaga-lume, e o submarino sumiu. Aí chegamos no Havre, que estava totalmente destruído, e do Havre, nós fomos para Paris. E eu fiquei na França durante...

N.G. – Sempre colaborando?

P.D. – Colaborando. Ah, eu estive na Linha Maginot. Eu visitei a Linha Maginot.

N.G. – E escrevia para *O Estado*?

P.D. – [Escrevia] para *O Estado*. Agora, foi um caso muito engraçado. Eu passei na Alemanha, porque o vapor tinha me deixado na Alemanha, eu passei na Alemanha e, no terceiro dia que eu estava na Alemanha, conheci um sujeito chamado Herman, que se apresentou como um dos secretários do dr. Goebbels, e que o dr. Goebbels sabia que eu trabalhava em um jornal inimigo dos nazistas, mas ele queria provar a mim que a Alemanha não era aquilo que eu estava pensando. E esse homem viajou comigo a Alemanha durante um mês. Toda a Alemanha. Onde eu quis ir, ele me levou. Até Mannheim. Em Mannheim, eles me soltaram e eu fui para a França. E me deram até passagem de luxo no trem, para me levar para a França.

Na França, eu entrei e a primeira pessoa que eu procurei foi o Gamelin, que era muito amigo do meu pai, porque ele tinha estado aqui na Missão Francesa, e contei tudo para o Gamelin.

N.G. – E o senhor voltou em que ano?

P.D. – Aí eu fui para os Estados Unidos.

N.G. – Ah, o senhor foi para lá.

P.D. – Fui para os Estados Unidos. Foi quando a França foi tomada. Fui para os Estados Unidos e me empreguei no Museu de Arte Moderna dos Estados Unidos, e lá eu fiquei dois anos.

N.G. – Até o fim da guerra?

P.D. – Não. Até o fim, não. Eu fui imobilizado nos Estados Unidos. Os Estados Unidos, quando entraram na guerra, estabeleceram que todo estrangeiro ou saía para o seu país ou

então seria imobilizado. E eu, antes de ser imobilizado, eu me apresentei. Então, eles me imobilizaram e me mandaram para Portugal e para a Espanha – porque eu trabalhava no Museu do Homem, um museu de sociologia –, com a incumbência de estudar a situação da Espanha e de Portugal, sob o ponto de vista político, sob o ponto de vista financeiro e sob o ponto de vista... Eram três coisas que eu tinha que fazer. Aí eu comecei a viver bem, pela primeira vez, no exílio, porque eles me davam um ordenado muito bom.

Então, em Portugal, fiquei dezoito meses. Dezoito meses depois [da minha chegada], eu recebi um telegrama do Rivet e do Henri Laugier comunicando que eles iam tomar o norte da África. E daí a cinco dias eles tomaram o norte da África. Aí o Rivet me passou um telegrama de Alger perguntando se eu queria voltar para Paris. Eu disse que queria. Mas eu precisava pedir uma licença ao estado-maior dos Estados Unidos. Foi quando eu fiz amizade com o general... aquele que foi ministro da Guerra e que fez depois a recuperação material dos países ocupados, o general... Um sujeito formidável.

Participante – O Eisenhower?

P.D. – Não, antes do Eisenhower. É o general... Ele tinha o plano...

N.G. – Marshall?

P.D. – Marshall, o general Marshall. Era um homem extraordinário. Foi o primeiro general inteligente que eu vi na minha vida. O primeiro e único. [risos] Tanto que eu cheguei nos Estados Unidos, quando o Rivet me mandou a... e me apresentei imediatamente ao Ministério da Guerra – o Marshall era o ministro da Guerra – e requeri a minha saída, que era pelo Departamento de Estado, e o Summer Wells negou a minha saída porque eu era colaborador do Getúlio. Eu disse: “Mas se eu estou exilado porque eu sou contra o Getúlio!” “Ah, mas o Getúlio agora é nosso companheiro.” [riso] Mas também **[inaudível]**. E aí, eu queria ir para a França, eu falei: “Eu não quero ficar nos Estados Unidos”. Aí eu fui ao Marshall novamente e contei ao Marshall. Eu disse: “Eu estou proibido até de embarcar”. Ele disse: “Não está proibido, não. Você vai com uma missão secreta”, que não era nenhuma missão, “vai para a

França”. Aí eu tomei um vapor para a França. Foi o primeiro vapor que chegou na França depois da guerra. E lá eu fiquei, na França.

N.G. – Até...?

P.D. – Até o momento de vir embora para...

N.G. – O Brasil já estava em guerra.

P.D. – Aí já estava em guerra.

N.G. – Aí, quando o senhor voltou, reassumi n’*O Estado*?

P.D. – Reassumi n’*O Estado* imediatamente.

N.G. – Até hoje.

P.D. – Até hoje. Há 57 anos que eu estou n’*O Estado*.

N.G. – Cinquenta e sete anos.

P.D. – Mas eu não vou lá, porque esses meninos não são muito meus amigos... Aliás, quando o **Barreto** foi aposentado **definitivamente** n’*O Estado*, eu fui visitá-lo e ele disse: “Ah, não tenha dúvida, você também vai ser posto para fora d’*O Estado*”. Agora, isso é confidencial.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – O senhor escrevia o que bem entendia, n’*O Estado*? Não havia uma autocensura interna, nada?

P.D. – Nada.

N.G. – As ideias socialistas que o senhor diz que tem, o senhor defendeu n’*O Estado*?

P.D. – Defendi n’*O Estado*.

N.G. – Sempre teve liberdade dentro d’*O Estado*?

P.D. – Principalmente quando *O Estado*... Eu era muito discreto para colaborar n’*O Estado* porque eles não eram socialistas.

N.G. – Claro.

P.D. – Eles eram da...

N.G. – Eram liberais.

P.D. – Eram liberais. E eu tinha muito cuidado, principalmente quando eles faziam uma coisa muito forte contra o socialismo. Porque era confundido sempre o comunismo com o socialismo. E o meu socialismo não tinha nada com... **O meu socialismo era** do León Blum, que era completamente diferente. Então, eu colaborava com toda a liberdade dentro d’*O Estado*. Nunca me cortaram. O Julinho...

N.G. – Gravação prejudicada. Dá licença um minutinho, por favor.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – O senhor estava n’*O Estado* quando foi fechado, quando foi transferido?

P.D. – Eu não estava. Eu estava no exílio.

N.G. – Ah, o senhor estava no exílio, não é?

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – Gravação prejudicada.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – O senhor tem alguma opinião formada a respeito dessa acusação que surgiu recentemente sobre o ataque terrorista a *O Estado*, em que o jornal envolve o secretário de Segurança? O senhor tem ideia disso?

P.D. – Tenho apenas o que os jornais deram. Eu ignorava aquilo completamente, mas parece que é verdade.

N.G. – Eu tenho impressão.

P.D. – É. Parece que é verdade.

N.G. – Muito bem, dr. Paulo. Era essa a memória jornalística.

P.D. – Essa é uma parte, não é?

N.G. – É uma parte.

P.D. – Eu tenho um livro que não foi publicado... O Julinho me encomendou dois livros, para comemorar o centenário d'*O Estado*: uma biografia do velho Júlio Mesquita, que foi grande amigo meu – e eu devo a ele grande parte da minha formação intelectual...

N.G. – Do velho Júlio, não é?

P.D. – Não é o Julinho, não.

N.G. – Sim, eu sei.

P.D. – É o velho Júlio. É o pai do Julinho.

N.G. – Porque o Carlos Lacerda estava fazendo a do Julinho.

P.D. – É, ele estava fazendo do Julinho. Quando eles... Eles me convidaram para esse, mas eu disse: “Eu não posso fazer do Julinho porque é muito subjetivo o que eu posso fazer sobre o Julinho”. O Julinho sempre foi meu amigo íntimo, até morrer. Aí eles pediram ao Carlos Lacerda. Aí eu disse ao Júlio Neto: “O Carlos Lacerda não faz. Porque eu conheço o Carlos Lacerda. O Carlos Lacerda só faz aquilo que serve à política dele”. E ele não fez.

N.G. – Parece que estava trabalhando quando morreu, não é?

P.D. – Estava trabalhando. Mas ele passou três anos fingindo que estava trabalhando no livro e só... Ele tinha uma documentação muito boa. Eu mesmo dei uma documentação muito grande a ele sobre o Julinho. Porque eu conheço, da vida do Julinho e do velho Júlio Mesquita, coisa que a família não conhece. Nós estivemos presos juntos várias vezes. Nós chegávamos na prisão e o carcereiro dizia: “Dr. Paulo, já fiz a cama do dr. Júlio”, e o Julinho chegava 15 minutos depois. Ou então o Julinho chegava antes de mim e ele... “Dr. Júlio, já fiz a cama do dr. Paulo Duarte”. Nós éramos íntimos desse jeito, até dentro da polícia.

De modo que o Carlos Lacerda não fez [a biografia] do Julinho. E eu disse ao Júlio: “Olha aqui, peça ao Ritter para fazer. O Carlos Lacerda não faz o livro”. E o Ritter estava começando a fazer quando morreu.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

N.G. – O senhor quer mandar um recado para o Casoy?

P.D. – É. Eu tive uma luta muito grande na universidade e que dura até hoje, porque a universidade está praticamente destruída, e destruída pelos rinocerontes, quer dizer, os maus professores. De modo que eu nunca perdoei quando eu recebi uma informação da universidade, uma informação muito séria, que era a destruição do instituto que eu fiz dentro

da universidade, que é o Instituto de Pré-História. Então, eu fiz um artigo veemente, como eram os meus artigos lá na *Folha*, mesmo. Eu fiz um artigo denunciando o que se passava lá, inclusive um sujeito que foi posto dentro do Instituto de Pré-História para adjudicar o Instituto de Pré-História para um museu que tinha lá, que é o professor Ulpiano de Meneses. Eu fiz então um artigo veemente contra isto, denunciando o Ulpiano de Meneses e denunciando o Gama – foi o Gama que me cassou os meus direitos de professor – e contando toda a história da luta dentro da universidade.

Eu me dou muito bem com o Frias. Fui ao Frias, mostrei a ele o artigo e ele disse: “Ah, não tenha dúvida, esse artigo seu sai depois de amanhã”, o Frias. E eu então entreguei a ele. Depois de amanhã, não saiu o artigo. De tarde, eu recebi um telefonema do Casoy e o Casoy então disse... O Casoy tinha assumido naqueles dias. Ele disse: “O Frias me passou aquele seu trabalho. Aquele trabalho é um pouco longo. Você não pode resumir?”. Eu falei: “Não, eu não posso resumir”. E ele disse: “Bem, pelo seguinte... Então, quem sabe se a gente podia dar um jeito de fazer uma coisa menos violenta?”. Eu falei: “Não. Então, você faz o seguinte, vocês não publiquem”. E nunca mais eu tive notícias do Casoy. Ele disse que ia ver outra vez a coisa e que me dava uma resposta. Nunca me deu a resposta.

N.G. – Com esse recado, provavelmente, o senhor vai receber a resposta.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

P.D. – Aí eu resolvi nunca mais colaborar na *Folha* – porque eu não comuniquei nada ao Frias, achei que eu devia ficar quieto – enquanto o Casoy estivesse dentro do jornal. Até hoje eu não colaborei mais na *Folha*.

N.G. – Hoje o senhor está colaborando.

P.D. – Eu estou colaborando porque você está me forçando, você está me estuprando. [risos]

N.G. – Desligado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]